

Gestão da Educação Básica no Tocantins: Contradições, Limites e Possibilidades

Katya Lacerda Fernandes¹

Universidade Federal do Tocantins
katyalacerda@uft.edu.br

Domingos Pereira da Silva²

Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins
domingosps@uft.edu.br

Resumo: A partir do pressuposto de que a educação enfrenta uma redefinição conceitual e prática de seus princípios, a presente pesquisa objetiva compreender o processo de democratização da gestão da educação básica proposta na política educacional brasileira e como esse movimento tem se materializado na política educacional do Tocantins, suas contradições, limites e possibilidades. Este trabalho consiste no desenvolvimento de um estudo conjunto que vem sendo realizado desde a graduação e que se desdobrou na presente pesquisa. Nessa perspectiva, foram formulados os seguintes objetivos específicos: caracterizar o significado da “gestão democrática” implementada na educação básica do Tocantins; apontar as estratégias e recursos que tem sido utilizados para a sua realização, e; identificar as contradições, limites e possibilidades subjacentes à política de gestão democrática. Do ponto de vista da forma de abordagem, a pesquisa é de natureza quantitativa e desdobra-se em três momentos complementares. No primeiro, estamos realizando uma revisão bibliográfica, tendo em vista identificar o que já foi discutido sobre o tema. Articulado a revisão bibliográfica será adotada a pesquisa documental, considerada para fins deste trabalho não como uma fonte linear de dados, mais como um instrumento que nos permitirá confrontar as informações coletadas e discuti-las na condição de sujeitos que participam do processo de construção do conhecimento. Para tanto, buscaremos explicitar os documentos oficiais constituintes da política de educação básica, bem como, analisar os principais planos,

programas, projetos e parcerias firmados pela Secretaria de Educação e Cultura (Seduc-Tocantins) no âmbito de sua gestão. Em associação aos procedimentos anteriormente descritos, será desenvolvida uma pesquisa empírica, que consistirá na elaboração e aplicação de questionários, semiestruturados e guias de análise dos documentos estaduais e das observações da prática de gestão dos sujeitos dessa investigação. Os resultados iniciais desta pesquisa apontam que a definição da gestão democrática como princípio da educação pública brasileira, destaca-se num contexto internacional de questionamento às políticas sociais, vistas como as responsáveis pela crise do Estado. Mais especificamente na política educacional, é possível asseverar que ao mesmo tempo em que se evidenciava os primeiros passos no sentido de uma participação efetiva, ocorre a resignificação dos discursos e práticas no sentido de promover a minimização do papel do Estado no que concerne aos direitos sociais e a introdução de mudanças organizacionais e culturais à administração pública, visando torná-la gerencial, noutras palavras orientada pela racionalidade mercantil. Neste contexto, apesar dos embates estabelecidos com os movimentos democráticos da sociedade, que deixaram marcas tanto na legislação quanto em programas, associações, sindicatos e outras instituições sociais, passaram a incidir de modo mais intenso sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre a educação a partir da década de 1990, a adoção de políticas marcadas pela focalização, fragmentação, flexibilização, desconcentração, publicização e privatização. É nesse contexto que é proposto pela Seduc-Tocantins a reestruturação, modernização e a consolidação da gestão da educação no Estado. O entendimento a respeito do modo pelo qual a proposta política educacional da Seduc-Tocantins assenta-se na atualidade pressupõe a compreensão de como esse processo está sendo construído e reconstruído pelo conjunto dos homens em sociedade. E de modo específico, passa pela criação, em 1997, do Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada; pela adoção, em 1998, do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria – PES a partir de 2003, ambos, ações do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA; e pela parceria, firmada em 2004, com o Instituto Ayrton Senna e posteriormente com a Fundação Lemann, em 2005. Isto posto, reitera a ideia de que as proposições sobre a gestão da educação são diversas e estão alicerçadas por pressupostos e objetivos distintos, resultantes em sua grande maioria do embate político-ideológico dos diferentes segmentos que as utilizam.

Palavras-Chave: Resignificação; Contradição; Gestão democrática.

1. Pedagoga, Especialista em Administração Pública com “Ênfase em Gestão Universitária” e Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Tocantins.

2. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor e Assessor Técnico em Educação da Secretaria Municipal de Educação do Município de Miracema do Tocantins.